



CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

Boletim Trabalho e Renda 2025





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Diocélia do Socorro Pereira Nery da Costa
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais

Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

EQUIPE TÉCNICA

Elisandro Ribeiro da Costa

Marcelo Santos Chaves

Marcilio da Silva Matos

Raimundo Victor Oliveira Santos

Revisão textual

Juliana Saldanha

Wagner Santos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população ocupada no Brasil (4º trim. 2012 – 4º trim. 2024).....	7
Gráfico 2 - População ocupada por Unidades da Federação, Brasil (4º trimestre 2024).....	9
Gráfico 3 - Evolução da população ocupada no Pará e sua participação na Região Norte (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)	10
Gráfico 4 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)	11
Gráfico 5 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, Brasil, Região Norte e Pará (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)	15
Gráfico 6 - Taxa de desemprego no Brasil, Norte e Pará (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)	16
Gráfico 7 - Evolução da variação de estoque de emprego formal – Brasil x Região Norte x Pará (2003–2024)	18
Gráfico 8 - Evolução da variação do estoque de vínculos formais por unidades federativas (2023/2024)	19
Gráfico 9 - Evolução da remuneração média das três principais ocupações formais, em quantidade de salários mínimos (2006–2024).....	25
Gráfico 10 - Evolução do número de pessoas beneficiárias do Bolsa Família e do número de pessoas empregadas com carteira assinada, Pará (2014-2023).....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População ocupada por grupo de atividades do trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024).....	12
Tabela 2 - População ocupada por grupamentos ocupacionais no trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)	13
Tabela 3 - População ocupada por nível de instrução, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024).....	14
Tabela 4 - Rendimento médio mensal no trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024).....	16
Tabela 5 - Estrutura do estoque de empregos formais por setores econômicos, Pará (2023 e 2024)	20
Tabela 6 - Estrutura do estoque de vínculos por CNAE, Pará (2006 e 2024).....	21
Tabela 7 - Estrutura do estoque de vínculos por ocupação formal, Pará (2006 e 2024)	22
Tabela 8 - Estrutura do estoque de vínculos por nível de escolaridade, Pará (2006 e 2024).....	23
Tabela 9 - Evolução da remuneração média, por setor econômico, em quantidade de saláriosmínimos (SM), Pará (2002–2024).....	24
Tabela 10 - Número de vínculos por categoria da movimentação no mercado de trabalho paraense (2019 e 2024)	26
Tabela 11 - Número de vínculos, por categorias de vínculos, Pará (2023–2024).....	27
Tabela 12 - Número de vínculos, por número de funcionários, Pará (2023–2024)	28
Tabela 13 - Os 10 maiores municípios em número de vínculos, Pará (2023–2024).....	29
Tabela 14 - Indicadores socioeconômicos associados	30
Tabela 15 - Proporção de pessoas beneficiárias do PBF e de empregos formais, em relação à população total, nos 20 municípios mais populosos, Pará (2023).....	32

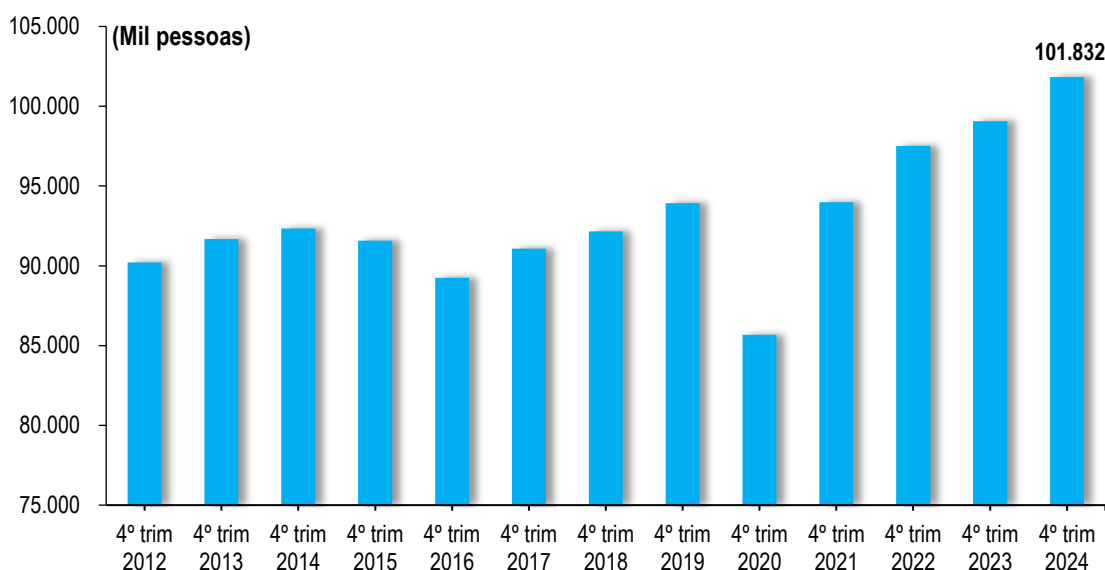
SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. População ocupada no Pará	8
3. Emprego formal no Pará	17
4. Mercado de trabalho e os programas de transferências de renda	29
4.1 Metodologia	29
4.2 Pará	30
4.3 Municípios do Pará	31
5. Conclusão.....	33
Referências	34

1. Introdução

O mercado de trabalho é uma dimensão econômica que possibilita medir os níveis de atividade de determinado setor ou segmento econômico, além de traçar um panorama sobre os níveis de empregabilidade formal ou informal associada à população economicamente ativa. A evolução da população ocupada no Brasil, entre o 4º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2024, revela um comportamento marcado por oscilações significativas, refletindo os impactos de crises econômicas, políticas e sanitárias ao longo do período. Após um crescimento estável até 2014, observa-se uma queda entre 2015 e 2016, com uma leve recuperação nos anos seguintes. Contudo, o impacto mais profundo foi visível em 2020, ano marcado pela pandemia da COVID-19, quando a ocupação atingiu seu ponto mais baixo na série. A partir de 2021, houve uma retomada vigorosa do mercado de trabalho, culminando no maior número de pessoas ocupadas no 4º trimestre de 2024, com 101,8 milhões de pessoas, evidenciando a recuperação e a expansão do emprego formal e informal no país (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da população ocupada no Brasil (4º trim. 2012 – 4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Esse cenário de crescimento nacional recente na ocupação contrasta com algumas especificidades regionais, como as observadas no estado do Pará. Apesar da tendência de expansão do mercado de trabalho em nível nacional, os dados do estado revelam um encolhimento do número de vínculos formais em diversos segmentos e municípios, como demonstrado nos dados mais recentes de 2024. Grandes centros urbanos como Belém e

Santarém apresentaram quedas significativas nos vínculos empregatícios, assim como estabelecimentos de grande porte, o que indica uma reconfiguração importante da estrutura do emprego no estado. A movimentação no mercado de trabalho paraense sugere uma possível desconcentração do emprego e crescimento relativo das pequenas unidades empregadoras, o que merece análise cuidadosa.

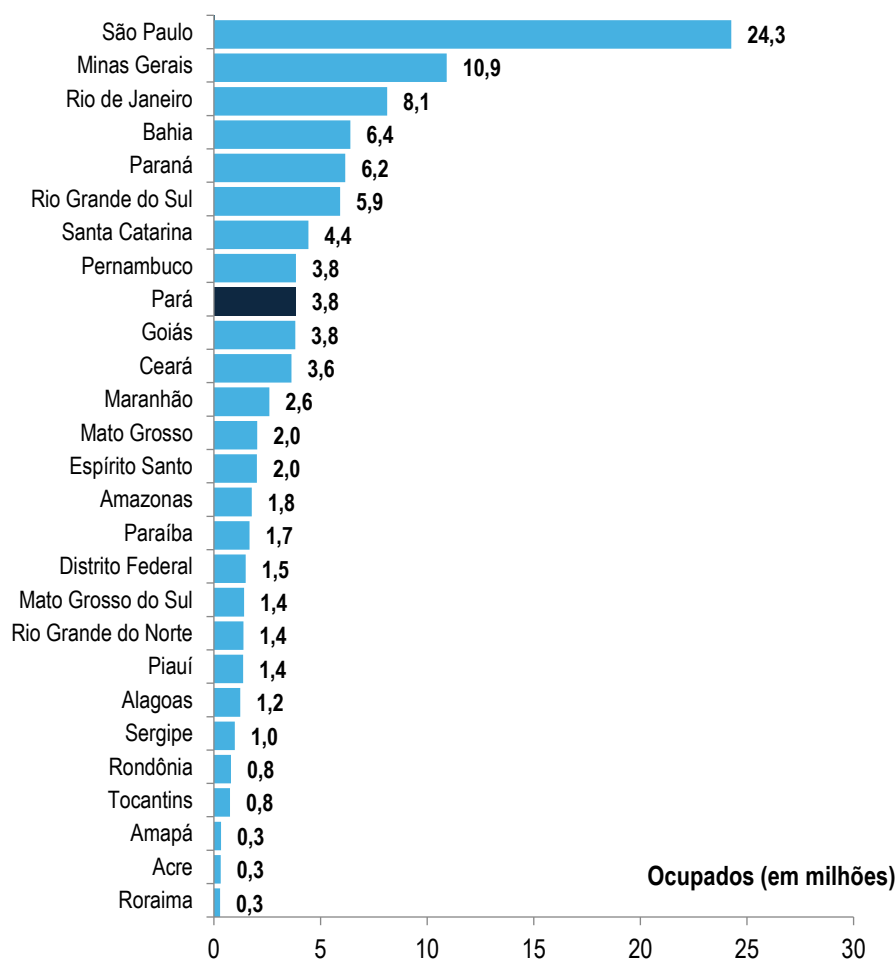
Nesse contexto, a produção do Boletim do Trabalho e Renda do Pará (2025) torna-se fundamental para compreender não apenas os números, mas as dinâmicas econômicas, setoriais e territoriais que moldam o mercado de trabalho no estado. Ao alinhar os dados locais com as tendências nacionais, o boletim oferece uma leitura qualificada sobre os desafios e oportunidades do emprego no Pará, servindo como instrumento essencial para a formulação de políticas públicas, ações governamentais e estratégias institucionais voltadas à geração de trabalho decente, qualificação profissional e desenvolvimento econômico sustentável.

2. População ocupada no Pará

O capítulo 2 apresenta uma análise da população ocupada no estado do Pará entre 2012 e 2024, abordando sua evolução, composição por setores de atividade, agrupamentos ocupacionais, níveis de instrução e posições de ocupação. O estudo destaca o crescimento da população ocupada, as transformações estruturais do mercado de trabalho e a formalização do emprego, além de examinar a distribuição de rendimentos, a jornada de trabalho e a participação relativa do estado em relação à Região Norte e ao Brasil, oferecendo um panorama abrangente da dinâmica do trabalho e da inserção da população no mercado estadual.

No 4º trimestre de 2024, o Pará contava com 3,8 milhões de pessoas ocupadas, o que corresponde a 3,8% do total nacional, consolidando-se como o estado com maior efetivo de ocupados na Região Norte. O dado sinaliza a posição estratégica do Pará como polo de absorção de mão de obra, apoiado em atividades ligadas à mineração, agronegócio, comércio e serviços (Gráfico 2).

Gráfico 2 - População ocupada por Unidades da Federação, Brasil (4º trimestre 2024)

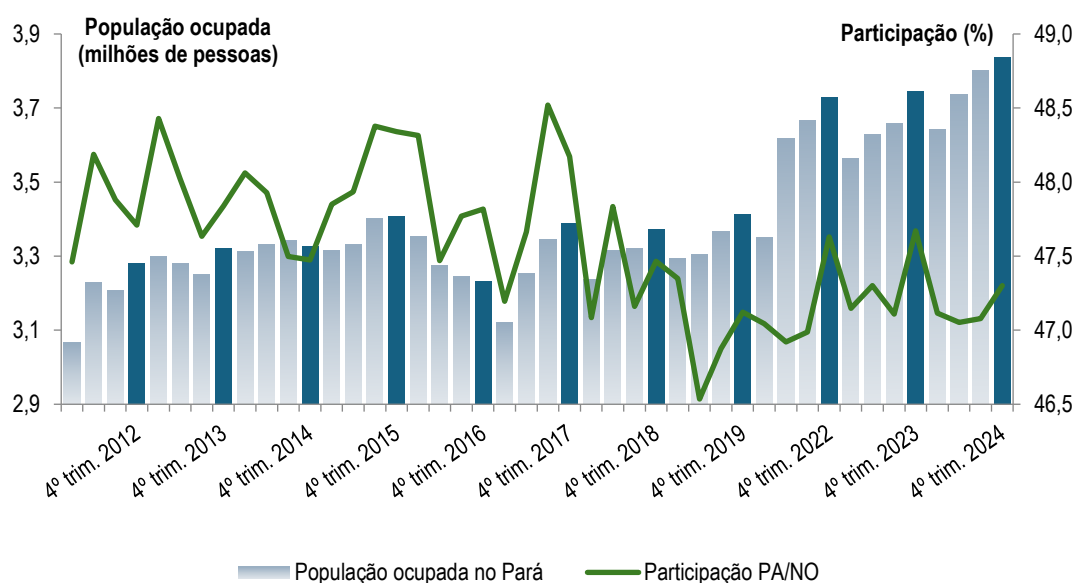


Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

O Pará concentra quase metade da população ocupada da Região Norte, porém, sua participação relativa vem apresentando trajetória de perda ao longo do tempo. Entre 2012 e 2024, o número de ocupados cresceu 25,1%, mas a fatia do estado na região recuou de 47,5% para 47,3%. Embora a queda pareça modesta, a tendência histórica é clara: após atingir o pico de 48,5% em 2017, a participação iniciou movimento de retração, chegando ao menor nível em 2019 (46,5%) (Gráfico 3).

Esse comportamento indica que outros estados da região passaram a ganhar espaço na absorção de mão de obra, reduzindo o protagonismo paraense. Apesar do crescimento absoluto da ocupação, o Pará tem avançado em ritmo inferior ao dos vizinhos, o que sugere necessidade de maior diversificação produtiva e fortalecimento de setores dinâmicos para manter sua liderança no mercado de trabalho regional (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução da população ocupada no Pará e sua participação na Região Norte (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.

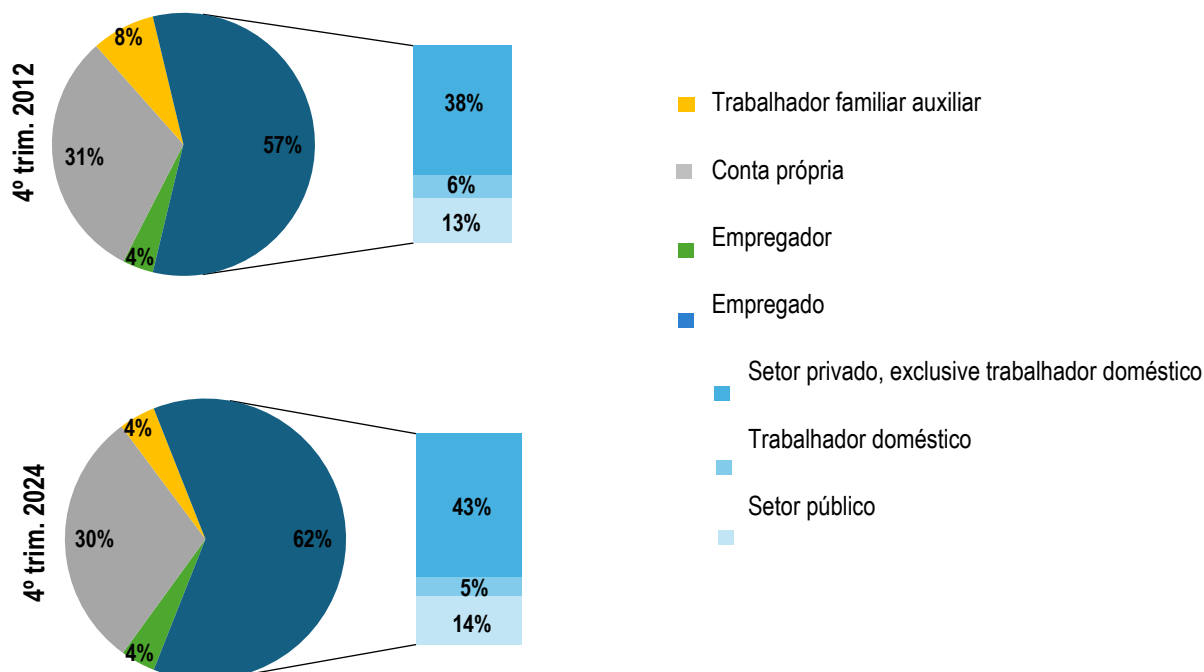
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Obs.: não houve disponibilidade de dados entre o 2º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2022.

A estrutura ocupacional do Pará em 2024 mostra predomínio dos empregados, que representam 62% dos ocupados, seguidos pelos trabalhadores por conta própria (30%), empregadores (4%) e trabalhadores familiares auxiliares (4%). Dentro do grupo de empregados, 43% atuam no setor privado, 14% no setor público e 5% em serviços domésticos. Essa composição revela a centralidade do emprego formal e assalariado na dinâmica do mercado de trabalho estadual (Gráfico 4).

Comparado a 2012, houve mudanças estruturais significativas: trabalhadores familiares e por conta própria perderam participação, sinalizando redução de vínculos mais precários e informais. O setor doméstico também recuou, enquanto o emprego, sobretudo no setor privado, ampliou seu espaço. Esse movimento sugere processo de formalização gradual, com maior absorção de mão de obra em atividades empresariais e públicas, reforçando a relevância do Pará como polo de emprego assalariado na região (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/ IBGE, 2025.
 Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Quanto à distribuição por grupos de atividades, o setor de comércio e serviços automotivos foi o que mais empregou no Pará, absorvendo 821 mil pessoas no 4º trimestre de 2024, o equivalente a 21,4% da ocupação estadual. Em seguida, vieram as atividades de administração pública, educação e saúde, com 656 mil ocupados (17,1%), grupo que cresceu 34,7% em relação a 2012 e ultrapassou a agropecuária, que registrou queda de 12,2% no mesmo período (Tabela 1).

O movimento mostra a expansão de setores ligados a serviços públicos e privados, em detrimento de atividades tradicionais como agricultura (-12,2%), construção (-12,5%) e trabalho doméstico (-4,2%). No total, a população ocupada por grupos de atividades cresceu 16,9% entre 2012 e 2024, com destaque para alojamento e alimentação, que avançou 87,3%. Esse resultado revela diversificação no mercado de trabalho paraense, com fortalecimento dos serviços, especialmente aqueles associados ao comércio e ao turismo (Tabela 1).

Tabela 1 - População ocupada por grupo de atividades do trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)

Grupamento de atividades no trabalho principal	População ocupada (mil pessoas)		Var. (%) 2024/2012	Part. (%) 2024
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2024		
Total	3.282	3.838	16,9	100,0
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	695	821	18,1	21,4
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	487	656	34,7	17,1
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	600	527	-12,2	13,7
Indústria geral	402	449	11,7	11,7
Construção	328	287	-12,5	7,5
Alojamento e alimentação	126	236	87,3	6,1
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	159	230	44,7	6,0
Outros serviços (salão de beleza, barbearia, lavanderia, academia, funerária e pequenos reparos)	135	229	69,6	6,0
Serviços domésticos	213	204	-4,2	5,3
Transporte, armazenagem e correio	137	199	45,3	5,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

No recorte por grupamentos ocupacionais, o grupo “Trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados” destacou-se como o mais representativo no Pará, reunindo 25% da população ocupada no 4º trimestre de 2024. Esse resultado reflete crescimento expressivo de 48,7% em relação a 2012, permitindo que a categoria superasse “Ocupações elementares”, que avançou apenas 1,3% e passou à segunda posição. O dado reforça a importância crescente das atividades ligadas ao comércio e aos serviços no mercado de trabalho estadual (Tabela 2).

A maioria dos grupamentos ocupacionais apresentou expansão no período, mas alguns segmentos registraram retração. Entre eles, “Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca” recuou 22,3%, sinalizando a perda de espaço das atividades primárias. Já os cargos de “Diretores e gerentes” tiveram queda de 30,2%, possivelmente,

refletindo ajustes organizacionais e baixo dinamismo em funções de comando. Além disso, as “Ocupações mal definidas” deixaram de ser registradas, evidenciando maior precisão estatística na mensuração do mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 - População ocupada por grupamentos ocupacionais no trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)

Grupamentos ocupacionais no trabalho principal	População ocupada (mil pessoas)		Var. (%) 2024/2012	Part. (%) 2024
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2024		
Total	3.282	3.838	16,9	100,0
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	645	959	48,7	25,0
Ocupações elementares	742	752	1,3	19,6
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	424	508	19,8	13,2
Operadores de instalações e máquinas e montadores	334	416	24,6	10,8
Profissionais das ciências e intelectuais	223	309	38,6	8,1
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	382	297	-22,3	7,7
Trabalhadores de apoio administrativo	182	248	36,3	6,5
Técnicos e profissionais de nível médio	194	241	24,2	6,3
Diretores e gerentes	116	81	-30,2	2,1
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	26	27	3,8	0,7
Ocupações mal definidas	14	0	-100,0	0,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

O mercado de trabalho do Pará mostrou avanço significativo também na escolaridade dos ocupados. O ensino médio completo consolidou-se como o nível mais representativo no 4º trimestre de 2024, reunindo 1,4 milhão de pessoas (35,4% do total), com crescimento de 57,8% em relação a 2012. Esse movimento deslocou o ensino fundamental incompleto para a segunda posição, que, apesar de ainda expressivo (24,6%), encolheu 29,5% no período. Também houve queda entre os trabalhadores sem instrução (-25,2%) e com fundamental completo (-15,6%), demonstrando a redução do peso das baixas qualificações (Tabela 3).

Em contrapartida, a participação de trabalhadores com ensino superior se ampliou fortemente. O grupo quase triplicou, alcançando 15,8% do total, tornando-se o terceiro mais representativo. Já o com ensino superior incompleto cresceu 86,7%, enquanto o de ensino médio incompleto avançou 30,3%. A trajetória indica uma transição estrutural na força de trabalho paraense, com maior qualificação educacional e, potencialmente, melhores perspectivas de inserção em ocupações mais complexas e produtivas (Tabela 3).

Tabela 3 - População ocupada por nível de instrução, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)

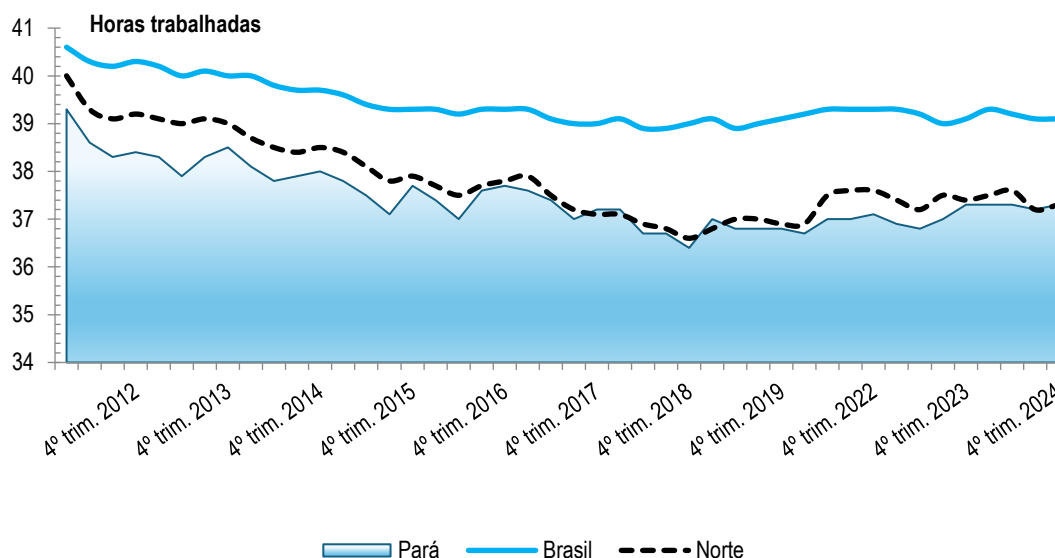
Nível de instrução	População ocupada (mil pessoas)		Var. (%) 2024/2012	Part. (%) 2024
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2024		
Total	3.281	3.837	16,9	100,0
Ensino médio completo ou equivalente	862	1.360	57,8	35,4
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	1.337	942	-29,5	24,6
Ensino superior completo ou equivalente	240	607	152,9	15,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	271	353	30,3	9,2
Ensino fundamental completo ou equivalente	315	266	-15,6	6,9
Ensino superior incompleto ou equivalente	105	196	86,7	5,1
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	151	113	-25,2	2,9

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

No que diz respeito à média de horas trabalhadas no Pará, verificou-se redução entre 2012 e 2022, passando de 39,3 para 37,3 horas semanais no trabalho principal, uma queda de duas horas. Essa diminuição segue a tendência nacional e regional, embora em ritmos distintos: no Brasil, a retração foi de 1,5 hora, enquanto na Região Norte chegou a 2,7 horas. O resultado indica ajustes no padrão de jornada, possivelmente associados a mudanças na estrutura ocupacional e na formalização do emprego (Gráfico 5).

Historicamente, a jornada média no Pará já era inferior à do país, e essa diferença se ampliou ao longo do período. Em relação à Região Norte, o estado iniciou a série com menor carga horária, mas a distância foi reduzida até se igualar em 2024. Esse cenário sugere convergência regional, mas também sinaliza limitações na intensidade do uso da mão de obra paraense, o que pode estar ligado à composição setorial, à informalidade e às transformações no perfil das ocupações (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, Brasil, Região Norte e Pará (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Obs.: não houve disponibilidade de dados entre o 2º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2022.

Em relação aos rendimentos, o trabalhador paraense teve rendimento médio de R\$ 2.336 no 4º trimestre de 2024. Entre as posições de ocupação, os empregadores apresentaram maior rendimento (R\$ 5.898), mas em queda significativa na comparação histórica. Os empregados registraram média de R\$ 2.473, acima do valor estadual, enquanto os trabalhadores por conta própria tiveram o menor rendimento (R\$ 1.579), ficando abaixo da média. Esse quadro revela forte heterogeneidade na remuneração, com vantagem relativa para vínculos formais assalariados (Tabela 4).

Em relação a 2012, o rendimento médio dos paraenses cresceu 8,3%, impulsionado pelo aumento entre empregados (14,4%) e autônomos (7,5%). No entanto, o rendimento dos empregadores recuou 22,9%, evidenciando maior pressão sobre a rentabilidade das atividades empresariais. O resultado mostra avanços moderados na renda do trabalho, acompanhados de um processo de valorização relativa do emprego assalariado frente ao trabalho por conta própria e à posição de empregador (Tabela 4).

Tabela 4 - Rendimento médio mensal no trabalho principal, Pará (4º trim. 2012 - 4º trim. 2024)

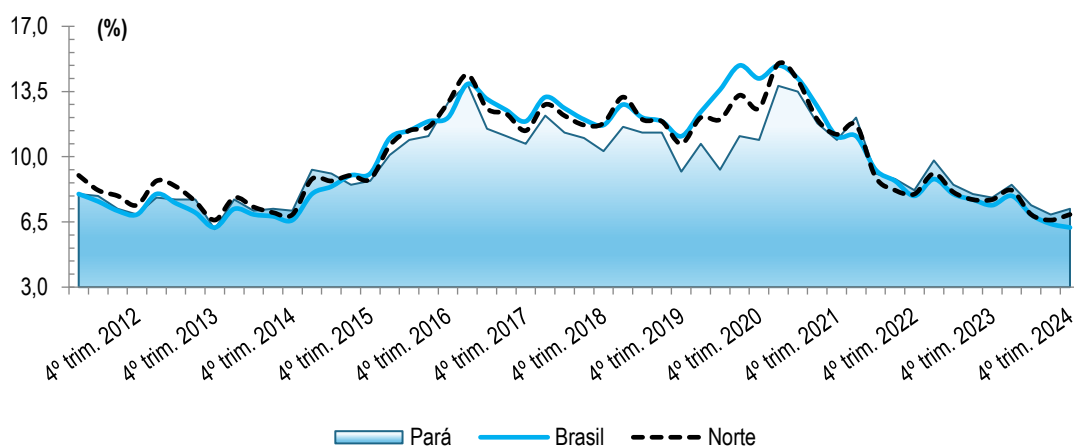
Trabalho principal	Rendimento médio (Reais)		Var. (%) 2024/2012
	4º trimestre 2012	4º trimestre 2024	
Total	2.156	2.336	8,3
Empregado	2.162	2.473	14,4
Empregador	7.649	5.898	-22,9
Conta própria	1.469	1.579	7,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Por fim, a taxa de desemprego, um dos indicadores mais sensíveis para avaliar o mercado de trabalho, mostrou que o Pará acompanha de perto os movimentos nacionais e regionais. Entre 2016 e 2021, período marcado pelas maiores taxas da série histórica, o estado apresentou desempenho mais favorável, porém, registrando valores inferiores às médias da Região Norte e do Brasil. O aumento do desemprego nesse período, especialmente entre 2020 e 2021, foi impulsionado pela crise gerada pela pandemia de COVID-19, que provocou forte retração da atividade econômica (Gráfico 6).

Com a recuperação pós-pandemia, as taxas de desemprego caíram em todo o país, aproximando-se dos níveis observados em 2013, período de menor desocupação histórica. No entanto, o Pará apresentou desempenho inferior nesse processo de queda, registrando 7,2% em 2024, acima das médias da Região Norte (6,9%) e do Brasil (6,2%). Esses dados indicam que, embora o mercado de trabalho paraense tenha melhorado, o estado ainda enfrenta desafios para reduzir o desemprego e recuperar seu destaque frente às demais regiões (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa de desemprego no Brasil, Região Norte e Pará (1º trim. 2012 - 4º trim. 2024)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

O mercado de trabalho do Pará apresenta avanços significativos, mas também desafios estruturais que refletem as transformações econômicas e sociais do estado. Ao longo da última década, observou-se crescimento no número de ocupados, expansão dos setores de comércio, serviços e administração pública, além do aumento da escolaridade média da população ocupada. A formalização do emprego e a valorização relativa dos trabalhadores assalariados contribuíram para a redução da informalidade e para a melhora dos rendimentos médios, embora desigualdades persistam entre empregadores, empregados e autônomos.

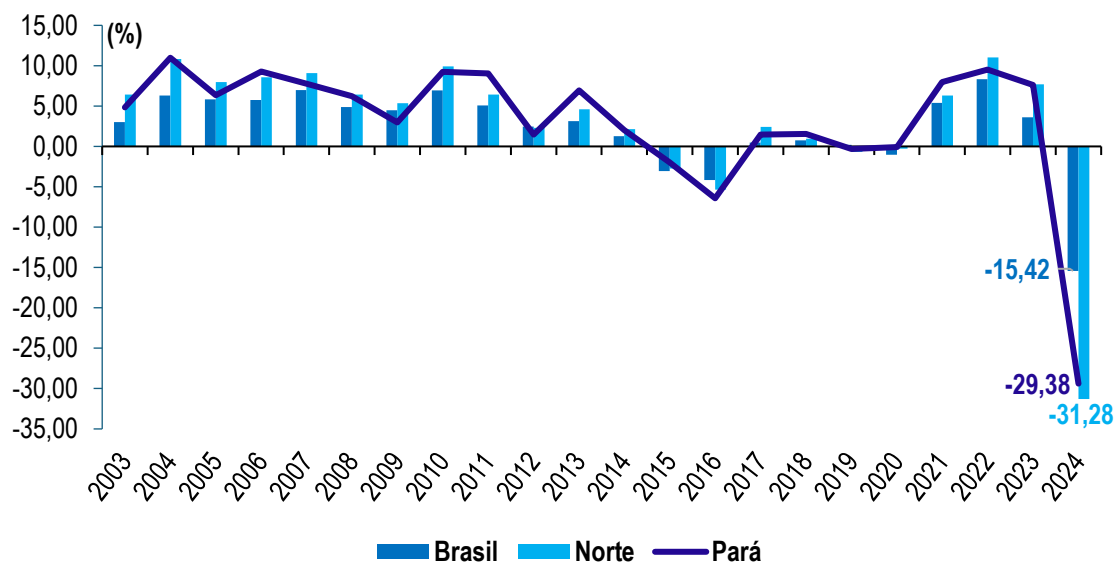
Apesar desses avanços, o Pará enfrenta sinais de fragilidade em alguns indicadores: a participação relativa na ocupação da Região Norte apresentou tendência de queda; setores tradicionais como agropecuária e construção registraram retração; e a carga horária média permaneceu abaixo da média regional e nacional. A taxa de desemprego, embora em queda no período pós-pandemia, ainda foi superior às médias da Região Norte e do país. Esses elementos indicam que o estado precisa diversificar suas atividades econômicas, fortalecer a produtividade e criar políticas de qualificação e inserção profissional para consolidar sua liderança no mercado de trabalho regional.

3. Emprego formal no Pará

A partir da ótica do emprego formal, os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) permitem traçar um panorama dos níveis de variações ocorridas no estoque de empregos formais no Brasil, Região Norte e Pará, no período de 2003 a 2024. A série histórica revelou comportamento marcado por oscilações. Entre 2003 e 2011, observou-se um período de crescimento consistente, com picos próximos a 10% em 2004, 2007 e 2010, tanto no Brasil quanto no Norte e no Pará. Após 2012, a trajetória passou a apresentar quedas mais acentuadas, especialmente em 2015 e 2016, quando os índices se tornaram negativos, refletindo a crise econômica nacional.

A partir de 2017, houve tímida recuperação, estabilizando-se em torno de 0% até 2019, seguida de novo crescimento em 2021 e 2022, com destaque para a Região Norte, que ultrapassou 10%. No entanto, a partir de 2023, a série registrou a maior queda de todo o período, atingindo níveis históricos em 2024: Brasil, com -15,42%, Região Norte, com -31,28%, e Pará, com -29,38%, evidenciando forte retração do mercado de trabalho formal regional e, em especial, no Pará (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Evolução da variação de estoque de emprego formal – Brasil x Região Norte x Pará (2003–2024)

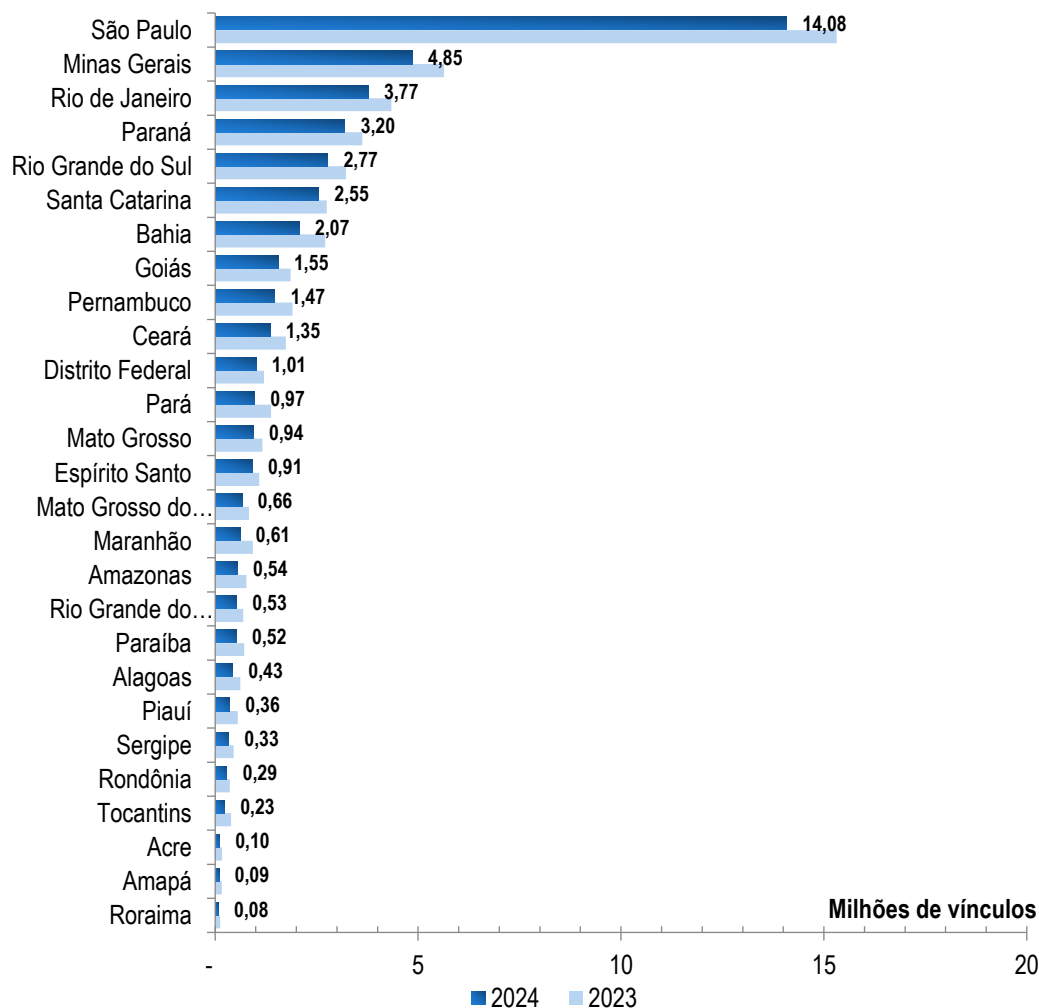


Fonte: RAIS, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Este quadro de queda drástica no plano nacional, regional e estadual deve-se a uma mudança metodológica promovida pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), que passou a não considerar a totalidade dos vínculos existentes no setor público. No Pará, eles correspondiam a pouco mais de 400 mil 2023. Este fato ajuda a entender a queda de 404.045 vínculos no estoque de empregos formais paraense entre 2023 e 2024 (Gráfico 8).

Acerca dos vínculos formais por unidades federativas, entre 2023 e 2024, houve uma forte concentração nos estados do Sudeste e Sul. São Paulo liderou isoladamente, com 14,08 milhões de vínculos, seguido por Minas Gerais (4,85 milhões), Rio de Janeiro (3,77 milhões), Paraná (3,20 milhões) e Rio Grande do Sul (2,77 milhões). Na outra ponta, os menores resultados apareceram em estados da Região Norte, como Roraima (0,08 milhão), Amapá (0,09 milhão) e Acre (0,10 milhão), além de Tocantins e Rondônia, que também apresentaram números baixos. O Pará ocupou a 12ª posição nacional, com 0,97 milhão de vínculos, situando-se em patamar próximo ao Distrito Federal e Mato Grosso, o que reforça sua relevância dentro da Região Norte, ainda que distante dos grandes polos econômicos do país (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Evolução da variação do estoque de vínculos formais por unidades federativas (2023/2024)



Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

O estoque formal do Pará recuou 29,38% entre 2023 e 2024 (de 1.375.238 para 971.193 vínculos), mas a queda foi essencialmente contábil: a administração pública passou de 400.459 vínculos para apenas 342 (-99,9%), refletindo a mudança metodológica do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) na integração e depuração de vínculos estatutários via eSocial, além de atrasos de reporte.

Excluído esse efeito, a dinâmica setorial mostrou um quadro mais equilibrado: a construção civil avançou 7,4% (98.244 vínculos), a indústria de transformação, 5,0% (118.022), o comércio, 4,9% (264.181) e o setor extrativo mineral, 4,1% (27.803). Em contrapartida, os serviços recuaram 6,4% (392.284), os serviços industriais de utilidade pública tiveram uma queda de 6,6% (8.844) e a agropecuária decresceu 3,8% (61.473).

A estrutura do estoque permaneceu liderada pelos serviços (40,4%) e pelo comércio (27,2%), seguidos pela indústria (12,2%), construção civil (10,1%) e agropecuária (6,3%), enquanto a administração pública praticamente sumiu (0,0%) (Tabela 5).

Tabela 5 - Estrutura do estoque de empregos formais por setores econômicos, Pará (2023 e 2024)

IBGE Setor	2023	2024	Var.(%)	Part.(%)
	1.375.238	971.193	-29,38	100
Extrativa mineral	26.720	27.803	4,1	2,9
Indústria de transformação	112.443	118.022	5,0	12,2
Serviços industriais de utilidade pública	9.413	8.844	-6,0	0,9
Construção civil	91.296	98.244	7,6	10,1
Comércio	251.743	264.181	4,9	27,2
Serviços	419.280	392.284	-6,4	40,4
Administração pública	400.459	342	-99,9	0,0
Agropecuária	63.884	61.473	-3,8	6,3

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

É importante ressaltar que, mesmo com a exclusão da administração pública do estoque de 2023, o estado do Pará apresentou redução no total de empregos formais. A queda foi de -0,4%, o que representa 3.928 postos a menos, considerando apenas os setores produtivos.

Na observação da análise por atividade econômica no Pará, entre 2006 e 2024, evidencia-se um crescimento de 31,5% no total de vínculos, com destaque para atividades específicas. A maior variação relativa ocorreu em serviços combinados de escritório e apoio administrativo, que saltou de apenas 330 vínculos em 2006 para 25.954 em 2024 (+7.764,8%), consolidando-se como um setor emergente e representando 2,7% do total estadual. Outros setores com forte expansão foram comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (+503,0%) e supermercados (+272,7%), refletindo a força do comércio varejista (Tabela 6).

Também merecem destaque construção de edifícios (+152,8%) e restaurantes e similares (+215,5%), que são setores diretamente ligados ao crescimento urbano e ao consumo. Em contrapartida, setores tradicionais, como criação de bovinos para corte, tiveram crescimento modesto (+43,4%), assim como vigilância e segurança privada (+68,8%). Apesar da diversidade, a categoria “outros” concentrou 76,9% dos vínculos em 2024, evidenciando a pulverização das atividades econômicas no estado, enquanto os setores em destaque, embora dinâmicos, ainda respondem por parcelas relativamente pequenas do total (Tabela 6).

Tabela 6 - Estrutura do estoque de vínculos por CNAE, Pará (2006 e 2024)

IBGE Setor	CNAE Subclasse 2.0	Estoque de vínculos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
		2006	2024		
Total Pará		738.602	971.193	31,5	100
Comércio	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	11.196	41.732	272,7	4,3
Construção Civil	Construção de edifícios	12.366	31.264	152,8	3,2
Serviços	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	330	25.954	7764,8	2,7
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Criação de bovinos para corte	16.668	23.910	43,4	2,5
Serviços	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	8.151	18.798	130,6	1,9
Serviços	Atividades de vigilância e segurança privada	10.913	18.419	68,8	1,9
Comércio	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	2.857	17.227	503,0	1,8
Serviços	Limpeza em prédios e em domicílios	8.801	16.400	86,3	1,7
Serviços	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	4.593	15.476	236,9	1,6
Serviços	Restaurantes e similares	4.780	15.079	215,5	1,6
	Outros	657.947	746.934	13,5	76,9

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Sobre os vínculos por ocupação formal no Pará, no período entre 2006 e 2024, as maiores variações positivas ocorreram nas ocupações de técnico de enfermagem (+367,2%), operador de caixa (+267,1%) e repositor de mercadorias (+215,1%), refletindo a expansão do comércio e o aumento na demanda por serviços de saúde.

A ocupação de faxineiro, não detectada em 2006, alcançou 27.359 vínculos em 2024, representando 2,8% do total estadual. Em contraste, a função de assistente administrativo foi a única a apresentar queda significativa (-48,2%), reduzindo sua participação para 1,5%. Entre as maiores parcelas, destacam-se vendedores de comércio varejista, que concentrou 4,6% dos vínculos, seguido por operadores de caixa (2,6%) e faxineiros (2,8%), evidenciando o peso do setor de comércio e serviços na estrutura ocupacional do estado. Por fim, novamente a categoria

“outros” reuniu 78,9% dos vínculos, o que mostra uma grande dispersão das ocupações no mercado de trabalho formal paraense (Tabela 7).

Tabela 7 - Estrutura do estoque de vínculos por ocupação formal, Pará (2006 e 2024)

IBGE Setor	CBO ocupação 2002	Estoque de vínculos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
		2006	2024		
Total Pará		738.602	971.193	31,5	100
Comércio	Vendedor de comércio varejista	27.869	44.278	58,9	4,6
Serviços	Faxineiro	0	27.359	-	2,8
Comércio	Operador de caixa	6.921	25.410	267,1	2,6
Serviços	Auxiliar de escritório, em geral	10.672	17.542	64,4	1,8
Serviços	Vigilante	10.211	17.075	67,2	1,8
Construção civil	Servente de obras	8.760	15.771	80,0	1,6
Indústria de transformação	Alimentador de linha de produção	12.039	15.266	26,8	1,6
Serviços	Assistente administrativo	27.936	14.475	-48,2	1,5
Comércio	Repositor de mercadorias	4.419	13.923	215,1	1,4
Serviços	Técnico de enfermagem	2.964	13.849	367,2	1,4
	Outros	626.811	766.245	22,2	78,9

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na desagregação por nível de escolaridade no Pará, de 2006 a 2024, observa-se um processo de qualificação da força de trabalho formal. As maiores variações positivas ocorreram nos níveis de mestrado (+278,0%) e doutorado (+233,3%), embora ainda com participações reduzidas (0,3% e 0,1%, respectivamente). O crescimento mais expressivo em termos absolutos foi registrado no nível de ensino médio completo, que praticamente dobrou (+119,8%) e passou a concentrar 64,1% de todos os vínculos formais, consolidando-se como a base predominante do mercado de trabalho.

Também houve avanços nos níveis de ensino superior incompleto (+35,6%) e superior completo (+14,8%), este último representando 10,5% do total estadual. Em contrapartida, todas as faixas de menor escolaridade registraram quedas, com destaque para o 5º ano completo do

ensino fundamental (-66,7%) e o até o 5º ano incompleto (-56,8%), que reduziram significativamente suas participações. Esse cenário indica uma reconfiguração do perfil ocupacional, marcada pelo declínio das ocupações de baixa escolaridade e valorização das formações médias e superiores (Tabela 8).

Tabela 8 - Estrutura do estoque de vínculos por nível de escolaridade, Pará (2006 e 2024)

Escolaridade após 2005	Estoque de vínculos		Var. (%) 2006/2024	Part. (%) 2024
	2006	2024		
Total	738.602	971.193	31,5	100
Analfabeto	6.254	5.111	-18,3	0,5
Até 5ª incompleto	52.339	22.601	-56,8	2,3
5ª completo fundamental	43.077	14.347	-66,7	1,5
6ª a 9ª fundamental	78.334	43.596	-44,3	4,5
Fundamental completo	106.390	75.060	-29,4	7,7
Médio incompleto	60.256	56.538	-6,2	5,8
Médio completo	283.352	622.832	119,8	64,1
Superior incompleto	18.569	25.173	35,6	2,6
Superior completo	89.009	102.203	14,8	10,5
Mestrado	728	2.752	278,0	0,3
Doutorado	294	980	233,3	0,1

Fonte: RAIS, 2025.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Entre 2002 e 2024, a remuneração média por setor econômico no Pará apresentou grandes disparidades entre os segmentos. O setor extrativo mineral registrou as maiores remunerações ao longo do período, com média de 6,4 salários-mínimos (SM), embora tenha recuado em relação a 2002 (8,6 SM), estabilizando-se em torno de 5 SM nos últimos anos.

Os serviços industriais de utilidade pública também mantiveram patamar elevado, com média de 5,5 SM. Já os setores de agropecuária, comércio, indústria de transformação e construção civil registraram as menores remunerações, sempre próximas de 2 SM, refletindo baixa valorização relativa.

O setor de serviços, apesar de empregar grande parte da população, oscilou em torno de uma média de 2,7 SM, sem ganhos expressivos ao longo do tempo. A administração pública apresentou estabilidade em patamares intermediários (3,6 SM), destacando-se como setor de maior regularidade.

Em 2023, houve forte distorção estatística: os serviços atingiram 31,4 SM e a indústria de transformação 7,7 SM, valores muito acima da série histórica, o que sugere inconsistência na base de dados ou ocorrência de evento atípico.

No conjunto, a estrutura salarial do estado manteve-se concentrada, com predominância de baixos salários na maioria dos setores e concentração de rendimentos mais elevados em ramos estratégicos ligados à extração mineral e utilidade pública (Tabela 9).

Tabela 9 - Evolução da remuneração média por setor econômico, em quantidade de salários-mínimos (SM), Pará (2002–2024)

Ano	Agropecuária	Comércio	Indústria de transformação	Construção civil	Serviços	Administração pública	SEIUP	Extrativa mineral
2002	2,0	2,1	2,5	2,9	3,5	4,2	8,4	8,6
2003	1,7	2,0	2,4	2,6	3,3	3,8	7,6	7,4
2004	1,6	1,9	2,3	2,7	3,2	3,7	7,8	7,9
2005	1,6	1,8	2,3	2,5	3,0	3,6	6,8	7,2
2006	1,6	1,7	2,2	2,4	2,9	3,4	5,7	5,9
2007	1,6	1,7	2,2	2,4	2,8	3,4	5,7	6,5
2008	1,7	1,7	2,2	2,5	2,8	3,4	6,0	6,8
2009	1,6	1,7	2,1	2,2	2,6	3,3	5,0	6,5
2010	1,6	1,7	2,1	2,4	2,7	3,4	3,7	6,6
2011	1,8	1,7	2,1	2,7	2,7	3,5	4,3	6,8
2012	1,8	1,7	2,1	2,7	2,6	3,5	6,2	6,7
2013	1,8	1,7	2,0	2,7	2,7	3,6	5,2	6,7
2014	1,8	1,8	2,1	2,8	2,7	3,7	5,5	6,4
2015	1,8	1,8	2,1	2,7	2,8	3,7	5,5	5,8
2016	1,8	1,7	2,0	2,4	2,7	3,7	5,5	5,2
2017	1,7	1,7	2,1	2,2	2,7	3,3	4,9	5,3
2018	1,7	1,7	2,0	2,2	2,7	3,6	5,0	5,1
2019	1,5	1,7	2,0	2,0	2,6	3,6	3,4	4,7
2020	1,5	1,6	1,9	1,9	2,2	3,9	4,5	4,6
2021	1,6	1,6	1,9	2,0	2,2	3,7	4,6	4,8
2022	1,7	1,9	2,0	2,7	2,7	3,8	4,7	5,2
2023	3,4	3,5	7,7	2,8	31,4	16,0	16,6	4,7
2024	1,5	1,5	1,9	2,0	1,9	4,5	3,6	4,6
Média	1,7	1,7	2,1	2,5	2,7	3,6	5,5	6,4

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

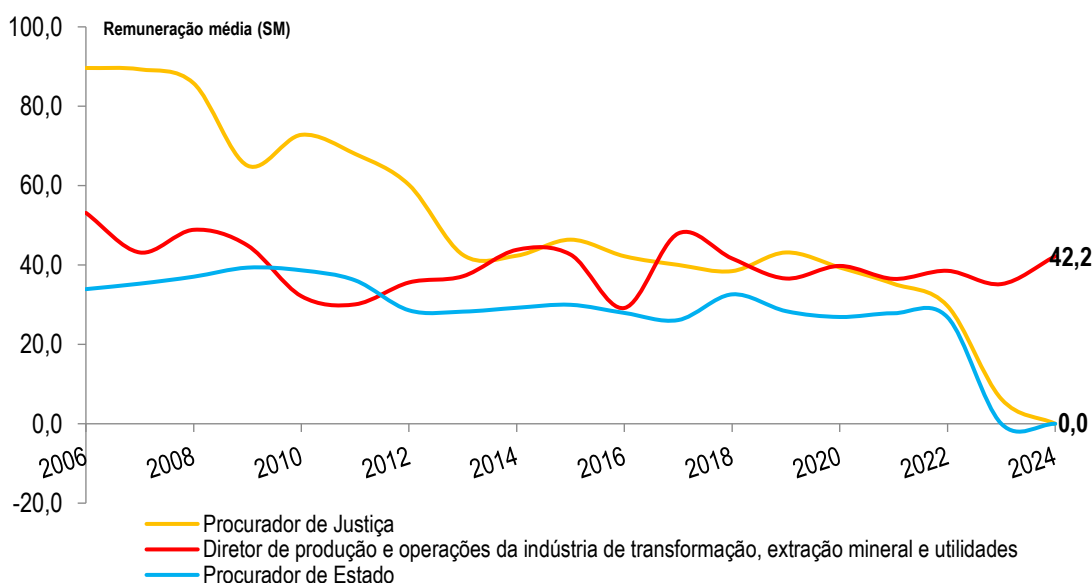
Entre 2006 a 2024, a remuneração média das três principais ocupações formais no Pará mostrou trajetórias bastante distintas. O cargo de Procurador de Justiça iniciou o período como a

ocupação de maior rendimento, próximo de 90 SM em 2006, mas apresentou queda contínua ao longo do período, chegando a praticamente zero em 2024.

O Procurador de Estado também seguiu trajetória semelhante, embora em patamar inferior (cerca de 30 a 40 SM), mantendo relativa estabilidade até 2020, mas com forte queda após 2021, até zerar em 2024. Esses resultados zerados decorrem da retirada dos vínculos da administração pública da base de dados RAIS em 2024.

Já o cargo de diretor de produção e operações da indústria de transformação, extração mineral e utilidades teve comportamento mais oscilante. Partindo de cerca de 50 SM em 2006, sofreu quedas até 2012, mas apresentou recuperações pontuais entre 2014 e 2018, chegando a ultrapassar 50 SM em alguns momentos. Encerrou 2024 em 42,2 SM, sendo a única das ocupações que manteve remuneração expressiva ao final da série (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução da remuneração média das três principais ocupações formais, em quantidade de salários-mínimos (2006–2024)



Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na análise da movimentação no mercado de trabalho paraense entre 2019 e 2024, observa-se uma redução geral de 10,2% nas admissões totais, passando de 1,08 milhão para 971,1 mil vínculos. As maiores quedas ocorreram nas categorias de primeiro emprego e transferência com ônus, ambas com redução de 100%, deixando de existir em 2024 — o mesmo ocorreu com todas as categorias de desligamento por aposentadoria.

Em contrapartida, as maiores variações positivas foram observadas nas categorias de reintegração (+223,1%), embora sua participação tenha permanecido irrelevante no total, e de transferência sem ônus (+120,1%), que alcançou 4,6% das admissões. O destaque, porém, foi o reemprego, que cresceu 44,7% e passou a representar 32,5% do total, reforçando o peso dos vínculos retomados no mercado de trabalho estadual. Já a categoria “outros”, apesar de ter liderado em participação com 62,8%, registrou queda expressiva de 22,7% (Tabela 10).

Tabela 10 - Número de vínculos por categoria da movimentação no mercado de trabalho paraense (2019 e 2024)

Admissão	2019	2024	Var. (%) 2019/2024	Part. (%) 2024
Total	1.081.969	971.193	-10,2	100,0
Primeiro Emprego	51.141	0	-100,0	0,0
Reemprego	218.220	315.790	44,7	32,5
Transferência com ônus	2.453	0	-100,0	0,0
Transferência sem ônus	20.483	45.078	120,1	4,6
Reintegração	65	210	223,1	0,0
Outros	789.607	610.115	-22,7	62,8
Motivo do desligamento	2019	2024	Var. (%) 2019/2024	
Aposentadoria TS SRES	261	0	-100,0	0,00
Aposentadoria ID SRES	45	0	-100,0	0,00
Aposentadoria Esp. SRE	27	0	-100,0	0,00

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

O quantitativo por categorias de vínculos no Pará, entre 2023 e 2024, evidenciou uma forte redução de 29,4% no total, passando de 1,37 milhão para 971,1 mil vínculos. As maiores quedas ocorreram nos vínculos estatutários (efetivos, RGPS, não efetivos) e nos contratos por Lei Estadual e Lei Municipal, todos com redução de 100%, praticamente desaparecendo da estrutura ocupacional, pelas razões já expostas.

Em contrapartida, os vínculos avulsos cresceram 26%, enquanto diretores (+8,7%) e aprendizes (+5,3%) apresentaram variações positivas, ainda que com baixa participação relativa. O destaque absoluto no período foi o regime CLT, que cresceu 4,4% e passou a responder por 97,6% do total estadual em 2024, mostrando clara predominância do emprego celetista no mercado de trabalho paraense (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de vínculos, por categorias de vínculos, Pará (2023–2024)

Tipo de vínculo	2023	2024	Var.(%) 2023/2024	Part. (%) 2024
Total	1.375.238	971.193	-29,4	100
Estatutário	147.767	43	-100,0	0,0
Estatutário RGPS	105.566	0	-100,0	0,0
Estatutário não efetivo	38.462	161	-99,6	0,0
Avulso	2.648	3.336	26,0	0,3
Temporário	2.911	470	-83,9	0,0
Aprendiz	12.444	13.105	5,3	1,3
Diretor	823	895	8,7	0,1
Contrato prazo determinado	5.858	5.083	-13,2	0,5
Contrato TMP determinado	2.093	0	-100,0	0,0
Contrato Lei Estadual	19.387	0	-100,0	0,0
Contrato Lei Municipal	128.812	0	-100,0	0,0
CLT's	908.467	948.100	4,4	97,6

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Na segmentação pelo tamanho dos estabelecimentos, de 2023 a 2024, a maior redução percentual ocorreu nos estabelecimentos com 1.000 funcionários ou mais, com queda de 74%, refletindo um encolhimento significativo nos grandes empregadores. Por outro lado, os estabelecimentos menores, especialmente aqueles com 1 a 4 e 5 a 9 funcionários, registraram o maior crescimento percentual (ambos com 4,3%), indicando uma possível desconcentração do emprego. Em termos de participação no total de 2024, os estabelecimentos de 20 a 49 funcionários lideraram com 15%, seguidos pelos de 1.000 ou mais com 13%, apesar da forte retração deste último. Esses dados sugerem uma mudança na estrutura do mercado de trabalho, com destaque para o crescimento relativo das pequenas empresas frente ao declínio dos grandes empregadores (Tabela 12).

Tabela 12 - Número de vínculos, por número de funcionários, Pará (2023–2024)

Tamanho do estabelecimento (n.º de funcionários)	2023	2024	Var. (%) 2023/2024	Part. (%) 2024
Total	1.375.238	971.193	-29,4	100,0
De 1 a 4	90.223	94.089	4,3	9,7
De 5 a 9	96.264	100.389	4,3	10,3
De 10 a 19	116.118	118.944	2,4	12,2
De 20 a 49	140.161	145.285	3,7	15,0
De 50 a 99	97.623	99.405	1,8	10,2
De 100 a 249	115.834	108.210	-6,6	11,1
De 250 a 499	106.337	85.249	-19,8	8,8
De 500 a 999	126.163	93.089	-26,2	9,6
1000 ou mais	486.515	126.533	-74,0	13,0

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

Por fim, na análise dos 10 municípios com maior número de vínculos empregatícios no Pará, entre 2023 e 2024, Santarém teve a maior retração percentual (-34,2%), enquanto Castanhal registrou a menor redução (-4,6%), demonstrando maior estabilidade. Apesar da queda de 28,7%, Belém manteve-se como o principal polo de empregos, concentrando 30,9% dos vínculos do estado em 2024. Juntamente com os municípios classificados como “outros” (30,4%), essas duas parcelas somaram mais de 61% dos vínculos, evidenciando forte concentração do emprego nesses agrupamentos. Municípios como Ananindeua (7,4%) e Parauapebas (7,1%) também se destacaram pela participação significativa no total de vínculos em 2024, mesmo com quedas expressivas. A análise mostra ainda uma tendência de retração no mercado de trabalho em praticamente todo o estado, com algumas localidades sofrendo impactos mais moderados (Tabela 13).

Tabela 13 - Os 10 maiores municípios em número de vínculos, Pará (2023–2024)

Municípios	Estoque de vínculos		Var. (%) 2023/2024	Part. (%) 2024
	2023	2024		
Total Pará	1.375.238	971.193	-29,4	100
Belém	420.206	299.813	-28,7	30,9
Ananindeua	82.211	71.431	-13,1	7,4
Parauapebas	75.764	68.700	-9,3	7,1
Marabá	64.338	55.087	-14,4	5,7
Santarém	62.910	41.395	-34,2	4,3
Castanhal	39.192	37.390	-4,6	3,8
Barcarena	36.848	32.538	-11,7	3,4
Canaã dos Carajás	32.137	30.322	-5,6	3,1
Paragominas	25.484	23.071	-9,5	2,4
Redenção	18.834	15.841	-15,9	1,6
Outros	517.314	295.605	-42,9	30,4

Fonte: RAIS, 2025.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2025.

4. Mercado de trabalho e os programas de transferências de renda

A geração de empregos é um importante indicador de crescimento econômico pois a empregabilidade encurta a distância entre empregadores e empregados, contribuindo, assim, para o fomento da recuperação do poder aquisitivo por intermédio dos salários, a melhora na distribuição de renda e o incentivo ao crescimento do consumo das famílias. Na falta do emprego, o poder público tende a promover ações de assistência governamental com o objetivo de inviabilizar a ascensão dos níveis de pobreza e extrema pobreza, conforme já preconizava Milton Friedman em seu livro *Capitalismo e Liberdade* (1962).

A presente seção efetuará um exercício de dimensionar os níveis de empregabilidade formal da população em relação ao número de pessoas beneficiárias dos programas de transferências de renda do governo federal, no contexto social do estado do Pará nos últimos 10 anos. O objetivo é identificar os padrões de dependência de parte da população aos subsídios governamentais, como também a capacidade da economia paraense em se dinamizar, de maneira a oportunizar novos postos de trabalho formal.

4.1 Metodologia

Para o desenvolvimento do exercício proposto, delimitou-se os seguintes indicadores socioeconômicos, extraídos das bases oficiais governamentais:

Tabela 14 - Indicadores socioeconômicos associados

Indicador	Fonte
População total do estado do Pará (2023)	IBGE
População total dos municípios do estado do Pará (2023)	IBGE
Estoque de pessoas ocupadas formalmente no Pará (2014-2023)	PNADT/IBGE
Estoque de vínculos formais dos municípios do estado (2023)	RAIS
Número de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil em idade de trabalho (16 a 64 anos) – Pará (2014-2023)	CADÚNICO
Número de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil em idade de trabalho – municípios do Pará (2023)	CADÚNICO

Elaboração: CEAAC/FAPESPA, 2025.

Importante esclarecer que, para a obtenção do quantitativo de pessoas formalmente ocupadas no Pará entre 2014 e 2022, informado pelo IBGE, consideraram-se apenas os empregados no setor privado com carteira assinada (incluindo trabalhadores domésticos), excluindo-se os empregados do setor público. Tal procedimento justifica-se pelo fato de que não deve ser o poder público o principal agente empregador, com a responsabilidade de absorver toda massa de mão de obra disponível no mercado de trabalho. Esse papel cabe ao setor privado, por isso, este indicador foi construído excetuando os empregos gerados pelo setor público. De maneira análoga, foi elaborado o indicador de estoque de vínculos formais dos municípios do estado extraídos da RAIS.

Sobre o número de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Programa Auxílio Brasil no Pará, a base de dados do CADÚNICO disponibiliza as informações apenas a partir do ano de 2014. Para este estudo, foi extraído da base apenas o número de beneficiários em idade de trabalho, ou seja, de 16 a 64 anos, uma vez que é este o público vulnerável desprovido de ocupação, e, por isto, deve ser o público-alvo de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda.

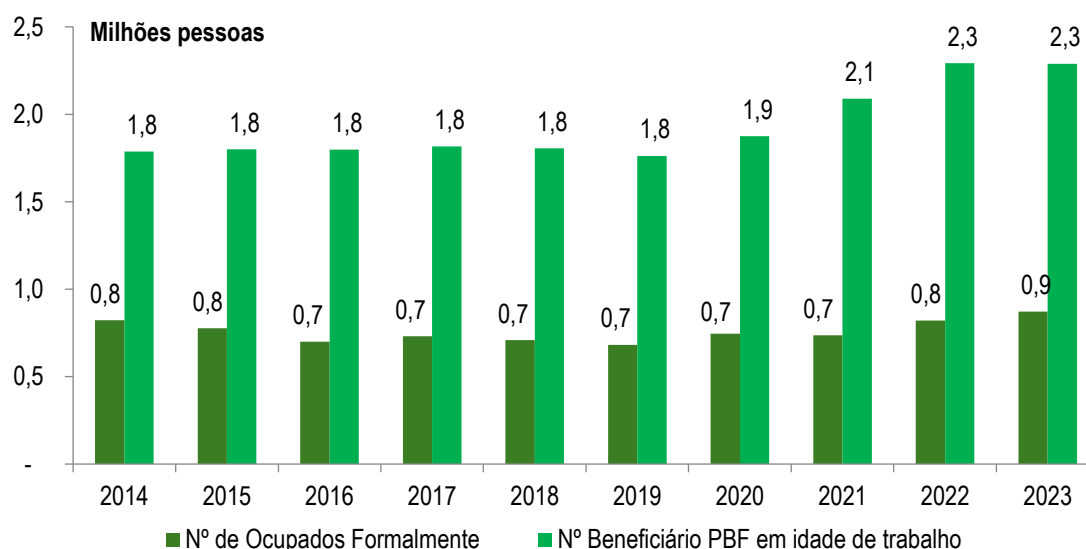
O método de análise adotado foi descritivo e exploratório, a partir de séries históricas, com cruzamento de indicadores, fazendo uso de mensurações dos dados quanto aos níveis de crescimento/decrescimento, médias aritméticas e participações relativas.

4.2 Pará

Entre 2014 e 2023, o Pará manteve praticamente estagnada a ocupação formal, variando de 0,7 a 0,8 milhão de vínculos, com recuperação de 0,9 milhão em 2023. No mesmo período, o

número de beneficiários do Bolsa Família em idade de trabalho permaneceu alto (aproximadamente 1,8 milhão até 2019) e aumentou durante a pandemia e a reconfiguração do programa, chegando a 2,3 milhões em 2022 e 2023 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução do número de pessoas beneficiárias do Bolsa Família e do número de pessoas empregadas com carteira assinada, Pará (2014-2023)



Fonte: IBGE e CADÚNICO, 2022.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Ante o exposto, forma-se um hiato estrutural: em 2023, foram cerca de 2,6 beneficiários para cada empregado com carteira, proporção maior que no início da série. Isso sugere dependência social persistente e mostra que o avanço recente do emprego formal ainda não foi capaz de absorver o total (ou grande parte) da população vulnerável em idade de trabalho. A elevada informalidade, a baixa produtividade e a concentração do emprego em serviços de baixa remuneração, aliadas a um aumento substancial no valor médio pago pelo PBF, dificultam a transição da condição de beneficiário para a inserção no mercado de trabalho.

4.3 Municípios do Pará

Em 2023, o Pará apresentou alta dependência social: 28,2% da população em idade de trabalho era beneficiária do Bolsa Família, enquanto apenas 12% possuíam emprego formal. Núcleos mais dinâmicos exibem maior formalização e menor dependência, como Parauapebas (13,4% PBF; 26,1% empregos), Canaã dos Carajás (14,4%; 36,2%), Barcarena (25,4%; 23,7%), Marabá (18,0%; 19,9%), Paragominas (20,6%; 22,6%) e Belém (21,1%; 23,7%) (Tabela 15).

Tabela 15 - Proporção de pessoas beneficiárias do PBF e de empregos formais, em relação à população total, nos 20 municípios mais populosos, Pará (2023)

Ordem	Município	Beneficiários PBF (%)	Empregos formais (%)
		Pará	28,2
1º	Belém	21,1	23,7
2º	Ananindeua	16,1	16,0
3º	Santarém	26,6	12,3
4º	Marabá	18,0	19,9
5º	Parauapebas	13,4	26,1
6º	Castanhal	19,9	17,8
7º	Abaetetuba	39,3	5,0
8º	Cametá	41,4	1,6
9º	Barcarena	25,4	23,7
10º	Altamira	20,5	11,7
11º	Itaituba	25,4	12,2
12º	Bragança	33,3	5,5
13º	Marituba	28,2	12,0
14º	Breves	36,9	7,3
15º	Paragominas	20,6	22,6
16º	Tucuruí	23,0	7,4
17º	Redenção	16,5	17,9
18º	Moju	34,4	8,2
19º	Canaã dos Carajás	14,4	36,2
20º	Santa Izabel do Pará	18,6	13,8

Fonte: RAIS, IBGE e CADÚNICO, 2022.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2022.

No outro extremo, municípios com economia baseada em serviços públicos, comércio de baixa produtividade e agroextrativismo concentraram elevada dependência e baixa formalização: Cametá (41,4% PBF; 1,6%), Breves (36,9%; 7,3%), Bragança (33,3%; 5,5%), Abaetetuba (39,3%; 5,0%), Moju (34,4%; 8,2%) e Tucuruí (23,0%; 7,4%). Locais intermediários, como Ananindeua (16,1%; 16,0%) e Castanhal (19,9%; 17,8%), mostraram equilíbrio frágil (Tabela 15).

O quadro indica que a expansão do emprego formal não alcançou boa parte do interior, perpetuando o benefício como um “amortecedor” de renda. A agenda de desenvolvimento deve combinar interiorização de investimentos, qualificação profissional, melhorias logísticas e estímulos a cadeias produtivas não minerárias e micro e pequenas empresas para tentar reduzir a dependência.

5. Conclusão

O boletim mostra um mercado de trabalho paraense em transição: robusto em volume e diversidade, mas com fragilidades estruturais que limitam o avanço da renda e da formalização. No plano nacional, a ocupação alcançou patamar recorde no 4º trimestre de 2024, e o Pará acompanhou esse ciclo com 3,8 milhões de ocupados, mantendo a liderança na Região Norte. Ainda assim, sua participação relativa na ocupação regional recuou na última década, sinalizando perda de fôlego frente a estados vizinhos mais dinâmicos.

A estrutura por posição na ocupação sugere formalização gradual, com predominância de empregados e retração de vínculos mais precários. Por atividade, o estado deslocou peso para comércio, serviços e administração pública, enquanto agropecuária e construção civil registraram retração. Observa-se também ascensão educacional significativa: o ensino médio completo tornou-se base da força de trabalho e o ensino superior completo quase triplicou, o que ampliou o potencial de produtividade, mas ainda não se traduziu em ganhos salariais disseminados. Os rendimentos avançaram de forma moderada e permaneceram heterogêneos, com melhores resultados em ramos estratégicos (extrativa e utilidades) e baixos salários predominando em setores intensivos em mão de obra de menor qualificação.

Na ótica do emprego formal (RAIS), a queda histórica de 2023 e 2024 deve ser interpretada com cautela, pois decorreu, em grande medida, da mudança metodológica do MTP, que apurou vínculos e não considerou integralmente a administração pública em 2024, reduzindo artificialmente o estoque. Excluído esse efeito, o núcleo produtivo mostra estabilidade, com avanços na construção civil, indústria e comércio, ainda que os serviços tenham recuado. A estrutura empresarial aponta desconcentração: pequenos estabelecimentos cresceram, enquanto grandes empregadores reduziram quadros, reforçando o papel das micro e pequenas empresas.

No território, o emprego formal seguiu altamente concentrado em Belém e em poucos polos industriais/minerários. Socialmente, persiste um hiato entre emprego formal e beneficiários do PBF: em 2023, havia cerca de 2,6 beneficiários em idade de trabalho por cada empregado com carteira. Além disso, municípios dinâmicos apresentaram maior formalização e menor dependência, enquanto áreas baseadas em serviços públicos e agroextrativismo combinaram alta dependência e fraca formalização.

O caminho estratégico envolve: (i) diversificação produtiva além da mineração, com ênfase em cadeias de valor regionais; (ii) políticas ativas de emprego e qualificação alinhadas à demanda (médio/técnico e digital); (iii) ambiente de negócios e crédito para MPEs; (iv)

infraestrutura e logística para interiorização de investimentos; (v) governança de dados (RAIS/eSocial) para monitoramento fidedigno; e (vi) articulação social que conecte proteção de renda à inclusão produtiva. Assim, o Pará pode converter sua escala de mão de obra e ganhos educacionais em trabalho decente, produtividade e renda de forma sustentável.

Referências

Ministério do Trabalho e Previdência (MTP). Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília: RAIS, 2023. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 01 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO)**. Brasília: CADÚNICO, 2023. Disponível em: <<https://cadunico.dataprev.gov.br/>>. Acesso em: 01 set. 2025.